

PROPOSTA DE ATA N.º 17/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2014. -----

Aos dezanove dias do mês de setembro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). Verificou-se a ausência justificada do sr. Vereador Carlos Pereira, por se encontrar no gozo de férias. -----

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de Substituição e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e doze minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

Foi apresentado o Resumo Diário de Tesouraria de 18 de setembro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 256.368,58. -----

Os pontos que constituem a **ORDEM DO DIA** da presente reunião são os seguintes: -----

Ponto 1 – Do Grupo Parlamentar do PCP. Projeto de Resolução «Sobre o novo quadro comunitário “Portugal 2020”». Para conhecimento. -----

Ponto 2 – Do Governo de Portugal – Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças. Encerramento dos Serviços de Finanças Locais. (Resposta do Governo a esta Câmara Municipal). Para conhecimento. -----

Ponto 3 – Requerente: Marisa Isabel Graça Costa. Licença especial de ruído, para um evento de karaoke e música ao vivo, realizado na Rua Principal, n.º 25, em Frade de Baixo, no período compreendido entre as 19h do dia 13/09/2014 e as 02h do dia 14/09/2014. Para ratificação. -----

Ponto 4 – Requerente: Fábrica Igreja Paroquial Freguesia Santo Eustáquio Alpiarça.

Licença especial de ruído, para um evento a realizar nas diversas vias da Vila de Alpiarça, no período noturno compreendido entre as 20 horas do dia 20/09/2014 e as 02h do dia 21/09/2014. Solicitam isenção das devidas taxas em virtude de serem uma associação sem fins lucrativos. Para deliberação. -----

Ponto 5 – Proposta do Sr. Presidente. Proposta sobre Imposto Municipal de Imóveis (I.M.I.) para o ano de 2015. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

Ponto 6 – Proposta do Sr. Presidente. Proposta sobre participação variável no IRS – valor percentual para o ano 2015 – n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada – Lei da Finanças Locais. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

Ponto 7 - Proposta do Sr. Presidente. Proposta sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – valor percentual para o ano de 2015 – Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro, na redação atualizada – Lei das Comunicações Eletrónicas. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

Ponto 8 - Proposta do Sr. Presidente. Proposta sobre Taxa de Derrama – valor percentual para o ano de 2015 – Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada – Lei da Finanças Locais. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação.

Ponto 9 - Proposta do Sr. Presidente. Nomeação para o cargo de direção intermédia de Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira. Para conhecimento. -----

Ponto 10 - Proposta n.º 27/2014 Vereador João Arraiolos. Proposta de deliberação para autorização da cessão da posição contratual da concessionária do Parque de Campismo de Alpiarça. Para deliberação. -----

Ponto 11 - Voto de Pesar a Bruno Miguel Gomes Castanheira, (ciclista profissional) que faleceu a 14 de Setembro, com 37 anos. Para deliberação. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Foi dado início a este período, com a entrega, pelo sr. Presidente, de um projeto de regimento para a câmara municipal, sugerindo por parte dos senhores vereadores, houvessem propostas de melhoria ou alteração. Seguidamente deu a palavra aos senhores vereadores que quisessem intervir neste período. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar começou por dar as boas tardes a todos e voltou a abordar o assunto das atas em atraso, sugerindo que se cumpra o regime jurídico das autarquias locais, nomeando-se o funcionário responsável pelas atas e o seu substituto em caso de impedimento. Disse ter notado várias obras que estão a fazer em certas artérias de Alpiarça, chamando a atenção que como não estão devidamente asfaltadas deviam ter sinalização para o efeito. Voltou a falar do problema da eutrofização das águas da Barragem dos Patudos, perguntando se o sr. Ministro do Ambiente vai ajudar ou não a resolver o problema, com a ajuda ou não de fundos comunitários e se é expectável que este assunto seja atacado de raiz neste período das chuvas 2014/2015.

----- De seguida usou da palavra o sr. Vereador Francisco Cunha, referindo que na última reunião de câmara ocorreram assuntos desagradáveis, mas que não irá falar dos mesmos, uma vez que os dez minutos que lhe são concedidos, é manifestamente pouco tempo para falar de tantos assuntos que tem para tratar. Relativamente ao atraso verificado na redação das atas, considerou que é completamente inadmissível que se verifique um atraso de dez atas por redigir, que nunca se lembra que tal tenha sucedido e está convencido que há soluções dentro da câmara para resolver esta situação. Em relação aos Legados voltou a dizer o que já disse há vários meses, que desapareceram imóveis dos legados e até à data ainda não lhe deram a relação das propriedades que estão afetadas ao Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões, embora isso lhe tivesse sido prometido. Perguntou se os bombeiros estão isentos de taxas de transportes de ambulância, dado que um bombeiro precisou de ser transportado de ambulância e foi-lhe exigido o pagamento do transporte. Perguntou qual o ponto de situação do patrulhamento feito por soldados da GNR de bicicleta. Sobre a situação da barragem, o sr. Vereador Francisco Cunha, disse que este assunto já foi tratado por várias vezes aqui em reuniões de câmara, mas que tem sido trazido sempre pelo vereadores da oposição e nunca pelo executivo CDU. Disse que o sr. Presidente tem dito por aí que este problema dos peixes mortos na barragem só se resolve através de fundos comunitários e perguntou se há um diagnóstico do problema, se há uma ideia das soluções necessárias e dos custos que elas acarretam e se essa solução já foi

oficializada. Lamentou que o Executivo municipal não tenha uma política ambiental e que se continuem a verificar os problemas que se verificam na vala, na Barragem dos Patudos, a nível de contentores por lavar, falta de ecopontos e de lixeiras a céu aberto.

----- O sr. Presidente em primeiro lugar, não quis deixar de registar o tom correto que presidiu a esta fase da reunião e que as intervenções estiveram dentro daquilo que se exige em termos de respeito pessoal e institucional entre pessoas que pertencem a este tipo de órgãos. -----

----- Depois procurando responder às questões colocadas pelo sr. Vereador Pedro Gaspar, disse que aceitava as críticas feitas ao atraso na redação das atas, que o atraso é da sua responsabilidade, que há necessidade de encontrar um funcionário que se dedique a tempo inteiro às atas tanto do executivo como da assembleia municipal, que presentemente as reuniões destes dois órgãos autárquicos são muito extensas, com reuniões de várias horas e que atas estão a ser feitas com grande rigor, que vai muito para além daquilo que é exigível por lei e que o funcionário que está incumbido de fazer as atas tem outras tarefas que não lhe têm permitido recuperar as atas atrasadas, contrariamente ao que acontecia há uns meses atrás em que havia um funcionário exclusivamente para fazer atas, de reuniões de câmara que em regra eram de menor duração que as atuais. Informou depois que as obras que estão a decorrer nas ruas de Alpiarça são das Águas do Ribatejo e têm a ver com a ligação de novas condutas ao depósito aéreo e que é evidente que causam transtornos, mas é assim sempre que há obras no subsolo, e tem visto que há sinalização nas obras, mas de qualquer modo fica o registo para que a fiscalização possa atuar e mandar repor alguma sinalização eventualmente em falta. Relativamente ao problema da eutrofização das águas da Barragem dos Patudos e da morte dos peixes, informou que a reunião com o sr. Ministro do Ambiente está pedida mas ainda não se realizou, acrescentando que o próximo quadro comunitário de apoio ainda não entrou em vigor, mas disse ter esperanças para que haja espaço para a defesa do ambiente e para a recuperação ambiental, mas não será neste inverno de 2014/2015 que se poderá utilizar os fundos comunitários para a intervenção a fazer na barragem. -----

----- O sr. Presidente procurando responder às questões colocadas pelo sr. Vereador Francisco Cunha, disse que com este Executivo de maioria CDU na câmara, não desapareceram propriedades dos Legados, disse que de facto prometeu que ia mandar fazer um levantamento exaustivo das propriedades que compõem os legados e que isso está a ser feito. Sobre o multibanco na Alpiagra, informou que a maioria assumiu não colocar a caixa ATM (multibanco) poupando-se mais de 4.000€, se há queixas, tudo bem, mas conseguiu-se fazer uma Alpiagra dentro das verbas que nos são permitidas. Quanto à venda de cervejas em garrafa no pavilhão do PCP durante a Alpiagra, disse que o mesmo foi explorado pela ARPICA, mas não faz ideia do que se passou, mas procurará inteirar-se. Quanto ao pagamento de transporte de ambulância por parte dos bombeiros, o sr. Presidente disse não ter completa certeza do que se passa, mas sabe que houve legislação que deixou de isentar de taxas moderadoras, quer os dadores de sangue, quer os bombeiros e é natural que os mesmos hoje em dia estejam obrigados a pagar certas taxas que antes não pagavam. Quanto às bicicletas da GNR foi solicitada uma reunião com o comandante territorial que está agendada para breve, embora o assunto já tenha sido tratado informalmente. Quanto aos assuntos da Barragem terem sido trazidos pela oposição para as reuniões de câmara, achou normal e considerou que o período antes da ordem do dia serve precisamente para tratar esse tipo de assuntos que não vêm para deliberação. Quanto à solução para o evitar o agravamento da eutrofização das águas da Barragem e evitar tanto quanto possível a morte de peixes, passa por tentar arejar o mais possível as águas da mesma. Acrescentou que a resolução definitiva do problema passará por vazar toda a barragem e limpar toda a sedimentação que se acumulou no fundo ao longo de mais de vinte anos, sendo um trabalho que implica verbas que neste momento o Executivo não dispõe, daí que haja a esperança de se poder intervir com recurso a fundos comunitários e que a Agência Portuguesa para o Ambiente está desde a primeira hora envolvida no processo de diagnóstico do problema e na sua solução. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos usou da palavra para esclarecer a que propriedades pertencem as licenças para plantação de vinha, que foram vendidas e

que estão para venda e cujo documento foi entregue ao sr. Vereador Francisco Cunha.

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar solicitou ao sr. Presidente que compense de algum modo os bombeiros que tenham que pagar transporte de ambulância, tendo o sr. Presidente respondido que a Lei o impossibilita de o fazer. Quanto à não colocação da caixa multibanco, o vereador frisou que foi uma decisão da maioria para poupar alguns milhares de euros, mas que prejudicou os expositores, que também pagam para lá estarem e é muito provável que se para o ano voltar a não haver multibanco alguns dos expositores possam não estar interessados em participar no certame. Relativamente ao problema da Barragem e depois das explicações dadas, permitiu-se concluir que antes de 2016 não haverá solução, porque nem a câmara tem dinheiro, nem há fundos comunitários, nem intervenção governamental e as coisas terão tendência a agravar-se. Perguntou ainda qual o destino que tem sido dado aos peixes mortos que têm sido recolhidos, sabendo-se que os mesmos têm resíduos biológicos tóxicos. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse que das questões que colocou pouco ou nada ficou a perceber depois das respostas dadas pelo sr. Presidente, acrescentou que tem pedido elementos há quase um ano e que o sr. Presidente não lhe os fornece, mesmo que haja organismos oficiais que o obriguem a isso, não dá seguimento a propostas por si apresentadas, porque não as traz à votação, não responde a requerimentos, e que costuma dizer que se o vereador não estiver contente que recorra a outros meios. Quanto à máquina multibanco para a Alpiagra disse estar convencido que seria possível ter lá a máquina praticamente de borla, a troco de publicidade. O vereador por fim disse que o assunto das bicicletas para a G.N.R. já foi falado há três ou quatro meses e não há meio de ser resolvido, talvez porque não há dinheiro para as comprar, e nessa conformidade informou que já tem a promessa de uma empresa para oferecer a bicicletas para a G.N.R. -----

----- O sr. Presidente disse que teria respondido cabalmente a todas as questões que lhe foram colocadas inicialmente pelo sr. Vereador Francisco Cunha. Relativamente à questão colocada pelo sr. Vereador Pedro Gaspar sobre o destino que é dado aos peixes mortos recolhidos na Barragem, prometeu que se iria informar e que depois

responderia ao sr. Vereador. O sr. Presidente deu por terminado este período, fez um pequeno intervalo de cerca de dez minutos, dando depois início à Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA: -----

Ponto 11 - Voto de Pesar a Bruno Miguel Gomes Castanheira, (ciclista profissional) que faleceu a 14 de Setembro, com 37 anos. Para deliberação. -----

----- Por proposta do sr. Presidente e a concordância do restante executivo, a Ordem do Dia foi iniciada por este ponto, passando-se então à leitura deste voto de pesar, para discussão e votação. O sr. Vereador Francisco Cunha usou da palavra dizendo que iria aprovar este voto de pesar, porque o Bruno Castanheira era um dos ciclistas que admirava, e que lamentamos todos o seu desaparecimento, aproveitou a oportunidade para sugerir que fosse feita uma homenagem ao munícipe Carlos Pereira, um homem ligado à modalidade do Ciclismo e a quem Alpiarça muito deve. Recordou ainda que faz este ano 30 anos que Alpiarça através da equipa Sénior do C.D. “Os Águias” subiu à terceira divisão nacional e que dado estarmos em comemorações do Centenário do Concelho, talvez não fosse descabido fazer uma homenagem a esta equipa de futebol. O sr. Presidente disse aceitar a sugestão, que se podia trabalhar nisso, pondo depois o voto de pesar à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto 1 – Do Grupo Parlamentar do PCP. Projeto de Resolução «Sobre o novo quadro comunitário “Portugal 2020”». Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente deu conhecimento do ponto aos senhores vereadores através da distribuição da documentação. -----

Ponto 2 – Do Governo de Portugal – Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças. Encerramento dos Serviços de Finanças Locais. (Resposta do Governo a esta Câmara Municipal). Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente deu conhecimentos do ponto aos senhores vereadores através da distribuição da documentação. -----

Ponto 3 – Requerente: Marisa Isabel Graça Costa. Licença especial de ruído, para um evento de karaoke e música ao vivo, realizado na Rua Principal, n.º 25, em Frade de Baixo, no período compreendido entre as 19h do dia 13/09/2014 e as 02h do dia

14/09/2014. Para ratificação. -----

----- O ponto foi aprovado por maioria com a abstenção do sr. Vereador Francisco Cunha, que em declaração de voto disse ter-se absterido, assim como o faz sempre que este tipo de licenças apenas venham para ratificação e não para deliberação. -----

Ponto 4 – Requerente: Fábrica Igreja Paroquial Freguesia Santo Eustáquio Alpiarça. Licença especial de ruído, para um evento a realizar nas diversas vias da Vila de Alpiarça, no período noturno compreendido entre as 20 horas do dia 20/09/2014 e as 02h do dia 21/09/2014. Solicitam isenção das devidas taxas em virtude de serem uma associação sem fins lucrativos. Para deliberação. -----

----- O ponto foi aprovado por unanimidade, incluindo a isenção de taxas, dada a natureza do requerente. -----

Ponto 5 – Proposta do Sr. Presidente. Proposta sobre Imposto Municipal de Imóveis (I.M.I.) para o ano de 2015. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

----- Foi dada a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação da proposta. No uso da palavra o sr. Vereador João Arraiolos informou que o valor percentual do IMI proposto para o ano de 2015, nos termos do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação atualizada é o seguinte: Prédios Rústicos: 0,8%; Prédios Urbanos: 0,3%. Majoração de 30% a aplicar aos prédios urbanos degradados (art. 112.º n.º 8 do CIMI). Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha perguntou se há algum levantamento dos prédios degradados que irão sofrer a majoração de 30%. O sr. Presidente informou que isto é uma prerrogativa existente na Lei, mas que não tem aplicabilidade prática, nem em Alpiarça nem provavelmente em nenhum outro concelho do país, porque teria de haver um levantamento técnico de todos os prédios degradados, do porquê da sua degradação e do grau de degradação, e esse levantamento não está feito, pelo que propôs que esta clausula fosse retirada da proposta. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que há imensos prédios degradados em Alpiarça e achou que era importante

fazer um levantamento, para pelo menos a câmara ter a noção das medidas que tem de tomar para a obviar a que os prédios se continuem a degradar, classificando de ligeireza a forma como o sr. Presidente retira esta clausula da sua proposta, ao que o sr. Presidente ripostou que há já um enorme levantamento urbano feito no âmbito da S.R.U.-Sociedade de Reabilitação Urbana, e que até aqui nenhum executivo o tinha feito. O sr. Vereador Pedro Gaspar classificou de inusitada a forma como o sr. Presidente quer retirar esta clausula da majoração dos 30%, alegando também que não compreende o porquê de na documentação que lhe foi distribuída se propor uma taxa de I.M.I. de 0,5% e o sr. Presidente falar de uma taxa de 0,3%. O sr. Presidente disse que o sr. Vereador Gaspar deve estar a fazer confusão, porque a informação técnica é que fala de uma taxa de I.M.I. de 0,5%, como forma de tentar arrecadar mais € 400.000,00 de receita para obviar à despesa de € 600.000,00 que vai acontecer por via do fim da carência do empréstimo do Banco Santander, enquanto a sua proposta, como presidente do executivo é de 0,3% para o I.M.I., ao que o sr. Vereador Pedro Gaspar ripostou dizendo estranhar esta diferença entre a proposta dos serviços e a proposta do sr. Presidente. Finda esta intervenção, o sr. Presidente informou que iria pôr o ponto à votação, sem a cláusula da majoração de 30% para prédios degradados. Feita a votação do ponto, verificou-se a sua aprovação, por unanimidade. -----

Ponto 6 – Proposta do Sr. Presidente. Proposta sobre participação variável no IRS – valor percentual para o ano 2015 – n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada – Lei da Finanças Locais. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

----- Foi dada a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação da proposta. O sr. Vereador João Arraiolos informou que a proposta para 2015, aponta para a aprovação de uma percentagem de participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Alpiarça. Que a proposta seja submetida à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar questionou se a Câmara Municipal pode ou não

abdicar de toda ou de parte desta participação no IRS, ao que o sr. Presidente respondeu que sim, mas que a maioria não abdica desta participação pela taxa máxima, considerando que ao fazê-lo, abdicando da participação no IRS, o executivo estaria a beneficiar quem já possui os maiores rendimentos. -----

----- Posto à votação, o ponto foi aprovado por maioria com a abstenção dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. -----

Ponto 7 - Proposta do Sr. Presidente. Proposta sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – valor percentual para o ano de 2015 – Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro, na redação atualizada – Lei das Comunicações Eletrónicas. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

----- Foi dada a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação da proposta. No uso da palavra o sr. Vereador João Arraiolos informou que a proposta para 2015, aponta para a aprovação de uma percentagem 0,25% para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que é o valor que se tem vindo a aplicar ao longo dos últimos anos. Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Posto à votação, o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 8 - Proposta do Sr. Presidente. Proposta sobre Taxa de Derrama – valor percentual para o ano de 2015 – Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada – Lei da Finanças Locais. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

----- Foi dada a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação da proposta. No uso da palavra o sr. Vereador João Arraiolos informou que para o ano de 2015, são propostas as seguintes taxas de Derrama: 1,50% (n.º 1 do artigo 14.º da Lei 2/2007) – Para um volume de negócios, no ano anterior, superior a € 150.000,00; 1,00% (n.º 4, artigo 14.º da Lei 2/2007) – Para um volume de negócios, no ano anterior, inferior a € 150.000,00. Para fomentar a empregabilidade do concelho de Alpiarça, a isenção de derrama durante 2 (dois) anos (2015 e 2016), para as empresas que

cumulativamente: fixem a sua sede no concelho de Alpiarça no ano de 2015 e criem e mantenham, durante esse período, três ou mais postos de trabalho. Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha opinou que o município recebe de derrama um valor tão baixo que era preferível abdicar desta taxa como incentivo às empresas que por cá se vão instalando, para criar emprego e riqueza. O sr. Presidente ripostou que desde o ano passado já há um incentivo para a isenção de derrama durante dois anos. Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do sr. Vereador Pedro Gaspar e o voto contra do sr. Vereador Francisco Cunha. -----

Ponto 9 – Proposta do Sr. Presidente. Nomeação para o cargo de direção intermédia de Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira. Para conhecimento. -----

----- Foi dada a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos para dar conhecimento aos senhores vereadores, desta nomeação. O sr. Vereador João Arraiolos informou que se trata de dar conhecimento da nomeação, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira do Município de Alpiarça, Maria do Céu Rodrigues Augusto, após a realização de procedimento concursal realizado para o efeito. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que não estava de acordo com esta nomeação, porque este concurso assenta numa situação que teve origem numa nulidade, e em que as funções em que a Dr.ª Maria do Céu, esteve nomeada, acabaram por ser consideradas ilegais o que levou inclusivamente à condenação da ex-Presidente de Câmara, Vanda Nunes, pelo Tribunal de Contas, por ter permitido a situação. O sr. Presidente contrapôs que se havia uma ilegalidade, essa ilegalidade tinha de ser corrigida e a única maneira de a corrigir era fazer um concurso. O sr. Vereador Francisco Cunha solicitou que lhe fosse fornecido o Relatório do concurso. Foi tomado conhecimento da nomeação em causa. -----

Ponto 10 – Proposta n.º 27/2014 Vereador João Arraiolos. Proposta de deliberação

para autorização da cessão da posição contratual da concessionária do Parque de Campismo de Alpiarça. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente referiu que este ponto tinha sido retirado da Ordem de Trabalhos da reunião de câmara anterior, por terem surgido algumas dúvidas, que importa hoje esclarecer. No uso da palavra o sr. Vereador João Arraiolos fez a apresentação do ponto, dizendo que na sequência da retirada do ponto, foram anexados mais alguns documentos, nomeadamente: documento de início de atividade, certidões em nome pessoal e em nome da empresa Trilhos do Sol, Sociedade Unipessoal Lda, registo criminal, certidões de não dívida à Segurança Social, de não dívida às Finanças e cópia do depósito da caução, acrescentou também que a concessionária além dos seis mil euros de depósito de caução, pagou ainda rendas e contas diversas no valor de cinco mil oitocentos e oitenta e oito euros. Referiu também que todas as responsabilidades passam da atual concessionária, para a nova empresa, cuja única titular é a atual concessionária. O sr. Vereador Francisco Cunha perguntou qual o ponto da situação em relação à água e à luz, tendo o sr. Vereador João Arraiolos informado que ainda havia em dívida dois mil oitocentos e vinte e oito euros. Na continuação do uso da palavra o sr. Vereador Francisco Cunha fez notar que para além das verbas em dívida da água e da luz, a concessionária tem onze meses de rendas em atraso e que isso não é uma situação normal e não se vislumbra que com a mudança de concessionário essas verbas em atraso sejam pagas. A seguir considerou que a certidão de não dívida apresentada pela nova concessionária não era válida, porque devia ter um visto em baixo. Acrescentou que nada o move contra a concessionária, opinando que no mínimo o que se devia exigir, antes de fazer a cessão, era que estas verbas em dívida deviam ser todas pagas pela concessionária atual e que pelo menos a mesma se assumia como avalista da empresa a quem vai ser feita a cessão da posição contratual, afirmando que não podia votar favoravelmente esta cessão e que se queria demarcar deste negócio. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar disse que estava de acordo com o que disse o sr. Vereador Francisco Cunha na parte que diz respeito às garantias e à caução,

acrescentando que não acha normal que se faça a cessão da posição contratual, sem que as verbas em dívida sejam pagas. Por outro lado o vereador disse que não vê dinamismo no Parque de Campismo que faça prever que a nova empresa consiga pagar as despesas de água e luz e as rendas em atraso e julga mesmo que não há condições para o poder manter aberto. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos respondeu que as garantias são exatamente as mesmas que foram pedidas no início da concessão e que todas as responsabilidades e obrigações passarão para a nova concessionária, porque vai-se fazer novo contrato e disse estar convencido que a nova concessionária irá cumprir o contrato. -----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com o voto de qualidade do sr. Presidente e com os votos contra do sr. Vereador Pedro Gaspar e do sr. Vereador Francisco Cunha. -----

----- Em declaração de voto o sr. Vereador Pedro Gaspar disse que tinha votado contra, por ser perfeitamente claro, perante a documentação apresentada, que o executivo da CDU não está a acautelar os dinheiros públicos, a balança comercial entre aquilo que é devido pelo atual concessionário e a caução prestada é manifestamente desequilibrado, não servindo essa caução para assegurar os montantes em dívida e portanto a câmara Municipal de Alpiarça está a permitir um caminho de ruína para as finanças públicas e o PS não pode compactuar com esta tomada de posição. -----

----- Em declaração de voto o sr. Presidente disse que votaram favoravelmente esta cessão de posição contratual, verificados todos os pressupostos legais necessários, verificando de acordo com pareceres técnicos, o enquadramento técnico e jurídico e com a convicção de que assim estaremos a garantir condições para que o concessionário do Parque de Campismo de Alpiarça possa desenvolver o seu objeto de negócio, cumprir com o caderno de encargos colocado a concurso e contribuir para o desenvolvimento de Alpiarça. -----

----- De seguida o sr. Vereador Francisco Cunha informou o sr. Presidente que também queria fazer declaração de voto, não tendo sido autorizado a fazê-lo, tendo sido esclarecido pelo sr. Presidente que o sr. Vereador foi convidado a fazer declaração

de voto e não a fez. Assim, sendo o sr. Presidente quem dirige a reunião e tendo a prerrogativa de ser o último a falar, o sr. Vereador Francisco Cunha ficou impedido de o fazer após a declaração de voto do sr. Presidente. -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- Havendo público na sala o sr. Presidente deu a palavra ao munícipe Eduardo Costa que disse que só pretendia um pedido de esclarecimento e que tem a ver com o facto de entre outros assuntos ter vindo entregar na reunião anterior um requerimento a pedir a troca de correspondência entre a Câmara Municipal de Alpiarça e o Ministério da Educação sobre as AEC'S e no vídeo que é disponibilizado no Youtube não constar a troca de palavras entre o sr. Presidente e a Dr.ª Maria dos Céu Augusto, para que essa documentação lhe fosse entregue, perguntando se de facto o sr. Presidente pretende ou não facultar-lhe a tal documentação. O sr. Presidente interpelou a Dr.ª Maria do Céu Augusto, sobre o ponto da situação tendo esta referido que o Gabinete de Educação está a ultimar a documentação para entregar ao munícipe no prazo de dez dias úteis. Depois o sr. Presidente informou o munícipe que a reunião foi suspensa e é natural que o corte feito na gravação vídeo nesse período possa eventualmente ter apanhado essa parte da troca de palavras com a sr.ª Chefe de Divisão, Dr.ª Maria do Céu Augusto, mas que há ordens explícitas para que essa documentação seja remetida ao sr. Munícipe Eduardo Costa. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo sr. Presidente, eram dezanove horas, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata das deliberações, se lavrou a presente ata, em minuta, que foi aprovada por unanimidade.-

----- E eu, Maria do Céu Augusto, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----